

## ÍNDICE DE MISÉRIA NO BRASIL (MAR/2002 – FEV/2016): EVOLUÇÃO E CONDICIONANTES

### GT 3 – Economia Brasileira, Macroeconomia e Economia Internacional

Elson Cedro Mira<sup>1</sup>  
João Paulo da Silva Ramos<sup>2</sup>  
Yasmim Moreira Farias<sup>3</sup>

### RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar o “índice de miséria” na história econômica brasileira recente. Inicialmente, se fez uma breve contextualização dos elementos que compõem tal índice: inflação e desemprego. Na sequência, apresenta-se as teorias basilares ao assunto e contextualiza-se os governos federais e suas respectivas políticas econômicas, para entender o comportamento das variáveis analisadas. Posteriormente verifica-se a evolução dos dados de inflação e desemprego, isoladamente, e do índice de miséria, relacionando-os com as políticas econômicas praticadas. Os resultados obtidos indicaram como esse índice serve como parâmetro de análise da eficiência da economia.

Palavras-chave: Índice de miséria. Desemprego. Inflação.

### 1 INTRODUÇÃO

Este *paper* dedica-se ao estudo de duas variáveis consagradas na Teoria Macroeconômica: inflação e desemprego. Dentre as diferentes perspectivas e modelos, elegeu-se aqui o “índice de miséria”, criado pelo Economista Arthur Okun. Apesar de seu nome remeter, desavisadamente, a má qualidade de vida, esse índice não se refere, diretamente, a análise do desenvolvimento, entendendo-o como melhor condição de vida. Refere-se à composição entre inflação e desemprego, dois dos principais problemas de natureza macroeconômica em qualquer sociedade. A relevância e os desdobramentos deles são de tal magnitude que, juntos, acabam por comprometer a estabilidade econômica.

O protagonismo que inflação e desemprego têm no sistema econômico torna-os onipresentes na política econômica de qualquer *policy maker*. Baixos níveis de inflação e

---

<sup>1</sup> Economista. Doutor em Ciências Sociais. Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). e-mail: elson@uesc.br

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). e-mail: jpaulobrasil\_2006@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). e-mail: yasmim-farias@hotmail.com

desemprego, juntamente com um crescimento continuado do produto agregado, são objetivos genéricos e consagrados.

Neste sentido, um crescimento simultâneo de inflação e desemprego delineiam um quadro severo de instabilidade econômica, como aconteceu acentuadamente na história contemporânea brasileira. Os anos 1980 foram exemplares. Uma convivência entre hiperinflação e altas taxas de desemprego legaram a alcunha de “década perdida” a esse período largamente estudado na literatura especializada<sup>4</sup>. O que foi atenuado sobremaneira a partir de meados dos anos 1990 com a execução de sucessivas políticas econômicas inauguradas pelo “Plano Real”. No bojo das diferentes marcas desta nova etapa da história econômica nacional destaca-se a redução do “índice de miséria”.

Entender, na economia brasileira, a interdependência entre o “índice de miséria” e os instrumentos de política econômica aplicados no período março/2002 – fevereiro/2016 compreende, então, o problema da presente pesquisa. Seu objetivo é analisar a evolução do índice de miséria e de seus componentes (inflação e desemprego) no Brasil a partir dos diferentes governos e respectivas políticas econômicas entre março/2002 – fevereiro/2016.

A importância *per se* da inflação e do desemprego ao sistema econômico já justificaria a pesquisa. Mas é, sobretudo, a escolha do período analítico que a torna mais relevante. Trata-se de um intervalo temporal rico em formulação de políticas econômicas com etapas de continuidade e ruptura que vão delineando claramente a evolução do índice de miséria. E tendo como elementos desencadeadores diferentes governos.

No que tange os aspectos metodológicos, utilizou-se da estatística descritiva para apresentar os dados em gráficos. Fez-se uso de medidas de posição. Para composição do índice de miséria considerou-se o desemprego calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) por ser o índice oficialmente reconhecido pelo governo federal. Para a inflação elegeu-se a referência ao seu sistema de metas brasileiro: o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Sobre a escolha do período é importante destacar que houve uma mudança metodológica no cálculo do desemprego. Evitando o uso de períodos com metodologias diferentes, a análise começa no final do segundo governo Fernando Henrique Cardoso. Luís Inácio Lula da Silva (PT) sucede-o, para dois mandatos seguidos (2003-2010). Posteriormente Dilma Rousseff é eleita para um primeiro mandato (2011-2014) e reeleita para um segundo mandato iniciado em 2015 e encerrado prematuramente em 2016 após um processo de

---

<sup>4</sup> São exemplos: Giambiagi e Villela (2005), Abreu (1990), Gremaud e Vasconcellos (2007).

*impeachment*. Fevereiro/2016 é o limite superior do intervalo temporal por ser o último período de disponibilidade dos dados.

Além das questões inerentes à sucessão de presidentes, considerou-se nesta pesquisa as políticas econômicas adotadas por eles, como determinantes aos níveis do “índice de miséria”. Por isso ganham relevância nesta pesquisa o “Tripé Macroeconômico” e a “Nova Matriz Econômica”.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, este trabalho tem outras três seções. A segunda seção apresenta os destaques que a teoria econômica faz à inflação, ao desemprego e ao índice de miséria, contextualizando-as e dando o suporte à operacionalização. Na seção 3. explica-se os condicionantes ao desempenho da economia brasileira no período analisado a partir dos diferentes governos e políticas econômicas. A seção 4. apresenta os dados de inflação, desemprego e índice de miséria e as respectivas análises com referências às políticas econômicas e governos.

## **2 INFLAÇÃO, DESEMPREGO E ÍNDICE DE MISÉRIA: ASPECTOS TEÓRICOS**

Inflação e desemprego representam categorias de estudo sempre presentes na análise macroeconômica. Em verdade são intrínsecos à própria teoria. Como destaca Luque (2005, p. 261), “o principal objetivo da teoria econômica é analisar como são determinados os preços e as quantidades dos bens produzidos e dos fatores de produção existentes na economia”. Esta onipresença acabou por gerar variados modelos de análise, envolvendo outras variáveis ou, até, resumindo o próprio modelo, como é o caso da *Curva de Phillips*. Fazemos uma verificação dos elementos teóricos basilares de inflação e desemprego.

### **2.1 Inflação**

Uma definição largamente considerada para inflação é a de “um aumento contínuo e generalizado no nível de preços” como referenda Luque e Vasconcellos (2005, p. 336). Ou seja, trata-se de um processo, algo dinâmico – por ser contínuo – e refere-se a um aumento na maioria – se não todos – dos bens e serviços existentes.

A principal marca da inflação é a perda do poder aquisitivo da moeda, de modo que o agente econômico demande uma quantidade maior de moeda nominal para adquirir os mesmos produtos. Luque e Vasconcellos (2005) ressaltam que altos níveis de inflação

provocam distorções em distribuição de renda, balanço de pagamentos e mercado de capitais, e.g. Sachs e Larrain (2000, p. 367) são enfáticos: “a inflação é considerada um mal social”.

Sua origem é controversa. As variadas correntes do pensamento macroeconômico têm teses diferentes que podem ser agrupadas em duas principais: aquela filiada à macroeconomia clássica e outra filiada à macroeconomia keynesiana.

Para a macroeconomia clássica a inflação resulta de um excesso de moeda em relação a produção disponível. Economistas que defendem esta tese validam a “Lei de Say” cujo enunciado é o de que “a oferta cria sua própria demanda”. Ackley (1978) é referência sobre o assunto. Demonstra como o nível de produto é rígido, isto é, fixo: posto que a demanda e a racionalidade são ilimitadas, consumidores e produtores demandarão e ofertarão respectivamente, a maior quantidade possível, maximizando suas funções objetivo – utilidade e lucro. Toda a renda gerada será transformada em consumo, inexistindo entesouramento generalizado de moeda. O nível de produto será definido, assim, pela disponibilidade de outra variável real: fatores de produção.

Analisando esse processo, Froyen (2005) cita a teoria quantitativa da moeda para demonstrar como a demanda agregada determina o nível de preços, sem exercer qualquer influência no produto, posto que este é definido pela disponibilidade de fatores de produção. O autor demonstra na forma a seguir:  $M\bar{V} = P\bar{y}$ . Sendo: M = Oferta nominal de moeda; V = Velocidade da moeda; P = Nível de preços; y = Renda. Esta equação é denominada equação de trocas e expressa a abordagem de Cambridge à Teoria Quantitativa da Moeda, segundo Froyen (2005, p. 69). O autor lembra que “y” é rígido, na forma já explicada aqui. O mesmo vale para “V”, definida por fatores diversos, como institucionais e culturais, mantida rígida por um tempo. A rigidez em ambas variáveis é indicada pela barra acima delas na equação. Diferente delas, “M” e “P” são flexíveis.

A oferta de moeda é, também, definida exogenamente, pelo governo. Já o nível de preços “P” é a variável endógena da equação. Variará conforme mudanças em “M”, dada a rigidez de “V” e “y”. Como destaca Vasconcelos (2000, p. 97) “alterações na demanda agregada, em decorrência de alterações na oferta de moeda, apenas mudam o nível de preços da economia, sem qualquer impacto sobre o produto real”. Trata-se da “hipótese de neutralidade da moeda” pelo fato dela não influenciar o produto. Ser “neutra” neste sentido.

Já os economistas com filiação keynesiana refutam a lei de Say, entendendo que o nível de produto é definido pela demanda, sem que se alcance aquele equivalente ao uso pleno dos fatores de produção. Isto é, há equilíbrio aquém do pleno emprego. Sob tal perspectiva o

nível de produto varia conforme a demanda e, diametralmente oposto ao pensamento clássico, os preços são rígidos. Conforme demonstram Bacha e Lima (2006, p. 382),

para a teoria keynesiana, o nível de preços não é determinado pela quantidade de moeda que existe na economia, mas sim pelos custos de produção. Influenciam os custos de produção os comportamentos dos salários, da taxa de câmbio e dos preços dos bens intermediários nacionais e importados.

O debate contemporâneo sobre inflação tem considerado dois tipos clássicos de inflação: demanda; e custos. Luque e Vasconcellos (2005) entendem a inflação de demanda como aquela mais clássica, entendendo-a como relativa ao “...excesso de demanda agregada em relação a produção disponível de bens e serviços” (p. 339)<sup>5</sup>.

Enquanto isso “a inflação de custos pode ser associada a uma inflação tipicamente de oferta. O nível de demanda permanece praticamente o mesmo, mas os custos de certos insumos importantes aumentam e são repassados aos preços dos produtos” (p. 341).

Samuelson e Nordhaus (2004) destacam, ainda, a inflação inercial. Para eles,

quando preços e salários estão aumentando rápido e é esperado que continuem assim, empresas e trabalhadores tendem a embutir a taxa de inflação rápida nas decisões sobre preços e salários. Expectativas de inflação alta ou baixa tendem a ser profecias autorrealizáveis (p. 548)<sup>6</sup>.

Um dos desafios ao estudo e combate da inflação é a complexidade de sua mensuração. Motivo pelo qual existem variados índices, conforme as diferentes metodologias adotadas. Segundo Banco Central do Brasil (2016, p. 7) “há índices de preços que avaliam exatamente a mesma cesta de produtos e serviços, mas que diferem entre si pelo período de coleta. É o caso do IGP-10, do IGP-M e do IGP-DI, construídos do mesmo modo, do IPCA e do IPCA-15”. Ainda sobre o Brasil, Carmo (2005) apresenta vários tipos de índices.

O IPCA, utilizado nesta pesquisa, é “...calculado com base em uma cesta de itens representativos do consumo de famílias com renda entre 1 e 40 pisos salariais, sem distinção quanto a fonte de renda” (CARMO, 2005, p. 357). Segundo Banco Central do Brasil (2016) a área de abrangência do IPCA compreende 10 regiões metropolitanas, além de Brasília, Goiânia e Campo Grande. Seu período de coleta de preços é “de 1 a 30 do mês de referência”

---

<sup>5</sup> Para um estudo detalhado sobre teorias de inflação conforme as principais escolas do pensamento econômico, sugere-se ABRITA (2014).

<sup>6</sup> A hiperinflação brasileira vigente entre os anos 1980 e a primeira metade dos anos 1990 foi tipicamente inercial. Maiores detalhes podem ser colhidos em Mira (2006) e Mira (2015).

e sua divulgação ocorre “até 15 do mês de referência” (p. 8). O cálculo do IPCA remonta ao ano de 1979.

O IPCA é o índice utilizado pelo Governo brasileiro para definição da meta de inflação, destacado instrumento de política econômica desde 1999.

## 2.2 Desemprego

Uma análise ampla sobre desemprego deve contemplar o nível de ociosidade dos diferentes fatores de produção. Para a macroeconomia clássica, que tem na Lei de Say um pressuposto basilar, não há desemprego “involuntário”. Todos os fatores de produção são utilizados em sua plenitude. Isto é, o equilíbrio se dá num regime de pleno emprego.

É a Teoria Keynesiana que inaugura na ciência econômica a ideia de que há fatores de produção ociosos à revelia de seus ofertantes. Ou seja, há desemprego involuntário.

O caráter voluntário ou não do desemprego é relevante ao reconhecimento da ociosidade de um dado fator de produção, especialmente mão de obra, objeto deste estudo. Como define Samuelson e Nordhaus (2004, p. 527):

As pessoas que têm empregos são empregadas; pessoas sem emprego, mas que estão procurando, são desempregadas; as sem emprego, que não estão procurando trabalho, estão fora da força de trabalho. A taxa de desemprego é o número de desempregados dividido pelo total da força de trabalho.

Convergindo ao mesmo raciocínio Chahad (2005, p. 383) refere-se à População Economicamente ativa (PEA) como

“...o conjunto de elementos empregados (E) e desempregados (D), num certo momento, e captado por um inquérito estatístico, com base na definição de atividade econômica dos indivíduos. A PEA é um subconjunto da população em idade ativa (PIA)”

Assim, a taxa de participação da força de trabalho é dada, segundo Chahad (2005, p. 388) por  $t_p = \frac{PEA}{PIA}$ . A taxa de desemprego “...contabiliza aqueles indivíduos que estão aptos, saudáveis e buscando trabalho, mas que não encontram ocupação à taxa de salários vigentes no sistema econômico” (ibid, p. 389). Ela pode ser expressa como  $t_d = \frac{D}{PEA} = \frac{D}{E+D}$ .

A rigidez (para keynesianos) ou flexibilidade (para os clássicos) dos salários explica a existência ou não do desemprego involuntário. Sendo que, dada uma situação de desequilíbrio no mercado de trabalho, em que o desemprego esteja acima de sua taxa natural (equivalente

ao desemprego friccional), quanto mais tempo vigorar a rigidez salarial mais dificilmente o mercado alcançará o equilíbrio.

Debate teórico à parte, a literatura reconhece três tipos de desemprego, a saber:

- Desemprego friccional: surge por causa da incessante movimentação de pessoas entre as regiões e diversos empregos e através dos diferentes estágios do ciclo de vida. Ainda que uma economia tivesse pleno emprego, haveria sempre rotatividade. [...];
- Desemprego estrutural: significa uma combinação imperfeita entre oferta e demanda para os trabalhadores [...] por causa do crescimento da demanda por um tipo de mão de obra, enquanto que a demanda por outro está caindo, e as ofertas não se ajustam rapidamente. Muitas vezes vemos desequilíbrios estruturais em ocupações ou regiões, conforme certos setores crescem enquanto outros declinam. [...];
- Desemprego cíclico: existe quando a demanda geral por mão de obra é baixa. À medida que o gasto total e a produção caem o desemprego aumenta virtualmente em todos os lugares. [...] Ocorre durante as recessões. (SAMUELSON; NORDHAUS, 2004, p. 530).

O maior custo do desemprego considerado isoladamente é a produção perdida. Pessoas que não trabalham não produzem e o desemprego faz com que o produto social seja menor. O custo de produção perdido é muito alto (DORNBUSCH; FISHER, 2013).

Para Dornbusch e Fisher (2013), os custos do desemprego são suportados de formas muito diferentes, pois existem grandes consequências distribuídas. Ou seja, os custos de uma recessão são suportados de forma desproporcional pelos indivíduos que ficam desempregados.

De modo análogo à inflação, a mensuração do desemprego envolve uma dada complexidade, culminando em diferentes índices. Inclusive, um limitador a esta pesquisa é a interrupção na série de dados. Neste sentido: a) para o período a 1995.1 a 2002.2 utilizou-se a “Taxa de desemprego - aberto - referência: 30 dias - RMs - (%) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Mensal de Emprego - antiga metodologia (IBGE/PME antiga) - PME12\_TDA12”; b) Para o período 2002.3 a 2015.12 utilizou-se a “Taxa de desemprego - Regiões metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Período de referência: 30 dias; c) Para o período 2016.1 a 2016.2 utilizou-se a “Taxa de desemprego - referência: 30 dias - RMs - (%) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE/PME) - obs: PME foi encerrada em março de 2016, com a divulgação dos resultados referentes ao mês de fevereiro de 2016. - PMEN12\_TD12”.

### **2.3 Índice de miséria**

De acordo com Martins (2013) o índice de miséria, que tem como criador o economista norte-americano Arthur Okun, é composto pela soma da taxa de inflação com a taxa de desemprego. Era do conhecimento de Okun que tais variáveis como a inflação e desemprego podem ser consideradas como enfermidades graves para a economia, pois ambas têm efeito muito significativo sobre o bem-estar da sociedade, podendo assim ser um fenômeno de alto risco quanto à possibilidade de gerar pobreza das pessoas.

Para os dados analisados por ele, Okun conclui que a soma de uma inflação de até 4% e o desemprego em até 5% não causa sérios estragos sociais. Okun ainda afirma que, o índice de miséria acima de 12 (lembrando que esse valor representa a soma da inflação com o desemprego) é o suficiente para causar danos no bem-estar social e desorganização de qualquer economia e ainda criar tensões políticas.

Neste cenário, o formulador de política econômica deve, sempre, considerar os efeitos conjuntos em inflação e desemprego.

Quando a taxa de desemprego é baixa e a inflação é alta [...] os bancos centrais podem aumentar os juros como meio de reduzir a inflação. A sintonia fina tentada pelos bancos centrais é elevar os juros até o ponto em que eles promovam redução da inflação sem aumentar o desemprego. Ao inverso, se o desemprego está alto e a inflação é baixa, a saída é reduzir os juros e os tributos a fim de estimular o investimento e a produção (MARTINS, 2013).

Vê-se que o “índice de miséria” é de uma simplicidade que destoa da modelagem característica da economia ortodoxa. Sem qualquer propósito de encerrar a análise dessas duas variáveis, largamente difundida em teorias e modelos econômicos, este índice consegue apontar de forma básica a evolução de duas variáveis econômicas decisivas ao campo social.

Samuelson e Nordhaus (2004, p. 528) são enfáticos ao destacarem que “o custo econômico do desemprego é certamente grande, mas nenhum número em dólares pode transmitir de maneira adequada a carga humana e psicológica de longos períodos de desemprego involuntário persistente”.

Empregar-se numa atividade produtiva remunerada permite ao ofertante de mão de obra integrar-se ao sistema capitalista, caso ele não seja proprietário de fatores de produção. Estar desempregado alija-o das relações econômicas e sociais daí resultantes. O que pode, inclusive, elevar os índices de criminalidade.

Picanço (2009) retrata como o desemprego pode induzir à realização de crimes. Segundo ela, citando pesquisa,

Ao cruzar dados sócio-econômicos e criminais foi possível provar que a extrema necessidade pode ser um incentivo ao crime. [...] cada ponto a mais no índice de desemprego corresponde a 1,5 ponto percentual de aumento na incidência de assaltos a motoristas de automóvel, inclusive os que terminam com morte de vítima.

A desilusão por estar desempregado pode resultar num círculo vicioso: o desempregado pode se acostumar a não trabalhar, optando pelo seguro desemprego e/ou trabalhos avulsos. Denominada de população desalentada, eles podem desistem de procurar emprego. Um importante conceito neste sentido é da “Histerese do Desemprego”, processo pelo qual a taxa de desemprego natural se eleva em decorrência de longos períodos de altas taxas de desemprego conjuntural. Assim, “quanto maior for a taxa de desemprego (e, conseqüentemente, quanto mais longos forem os períodos de desemprego), mais inquebrável será o círculo vicioso que os prolonga” (DORNBUSCH; FISCHER; STARTZ, 2003, p 126).

A inflação também exerce forte impacto social. Como ela deprecia o valor real da moeda, reduz a cesta de bens e serviços potencial do consumidor. Consumindo menos, ele terá um nível de satisfação menor diante do deslocamento para baixo de sua função utilidade.

### **3 HISTÓRIA ECONÔMICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (1995 - 2016)**

A história da economia brasileira no período em pauta é marcada por três políticas econômicas claramente delineadas e pelos diferentes governos federais. Há casos de manutenção de políticas entre diferentes governos. Neste cenário, tratar-se-á desta história tendo como elo tais políticas e governos.

#### **3.1 Governos**

Um protagonista do período em análise é Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda no período em que o país acaba com a hiperinflação. Segundo Santos (2018), durante o governo ainda de Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique Cardoso, ocupando o cargo de Ministro da Fazenda, teve grande participação na criação do Plano Real, controlando a hiperinflação que assolava o país há vários anos. A implementação desse plano contribuiu para a sua candidatura à Presidência da República juntamente com a aliança partidária do Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL) que atualmente leva o nome de Partido Democratas.

De acordo com Carvalho (2018), o primeiro mandato de FHC ficou conhecido por dar continuidade ao Plano Real e a aprovação de várias reformas constitucionais a fim de evitar a volta da inflação, buscando deixar a economia estável. Em seu segundo mandato (1999-2002), atenuou o ritmo das reformas estruturais, como no caso das privatizações, sendo caracterizado por reformas no setor da Educação, como no caso da Lei de Diretrizes e Bases para a educação (LDB) e, posteriormente, os Parâmetros Circulares para o Ensino Básico.

Embora o Plano Real tenha sido a principal marca do governo de Fernando Henrique Cardoso, ele foi concluído em 1999<sup>7</sup>. Sucedendo-o, foi criado o Tripé Macroeconômico (1999–2008), abarcando três elementos, a saber: o câmbio flutuante; a meta de inflação; e a meta fiscal (CARVALHO, 2018).

Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência da República em 2003 após os dois mandatos de FHC. Eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), cuja história tem forte relação com os princípios da chamada “esquerda”, seus dois mandatos sucessivos ocorreram de 2003 a 2010. Teve como principais características a estabilidade econômica e o favorecimento do investimento e crescimento do país. Seu governo foi marcado por políticas e ações de caráter social, cujo objetivo foi o de auxiliar camadas mais pobres da sociedade, ainda que alinhado aos interesses do grande capital, especialmente financeiro, e da oligarquia política que sempre dominou o Estado brasileiro. Petrin (2018) chama a atenção para a diminuição da dívida externa e o aumento da dívida interna do país como marcas, também, dos governos Lula.

Segundo Salatiel (2010) um grande mérito do governo petista foi a manutenção das políticas adotadas pelos governos anteriores. Considerado um crítico do Plano Real no passado, Lula, deu continuidade ao “Tripé Macroeconômico” criado no governo FHC. Rodrigues (2017) afirma que, ao decidir manter a política econômica do governo anterior, Lula conseguiu assegurar de certo modo a estabilidade econômica e possibilitou a discussão de outras questões também importantes para o desenvolvimento do Brasil como a saúde, educação e segurança pública. Exemplo disso foi a criação dos programas “Fome Zero” e “Bolsa Família”. Este último compreendeu a junção e ampliação de quatro “auxílios” criados por Fernando Henrique Cardoso para auxiliar as famílias pobres na manutenção de itens de alimentação e artigos escolares.

A partir de 2008 o Brasil passou a lidar com uma grave crise mundial que, aliado a um componente nacional e a políticas anticíclicas, legou ao governo Dilma uma grave crise econômica. Em 2008, portanto ainda no segundo governo Lula, como resposta à crise mundial

---

<sup>7</sup> Maiores informações sobre o assunto podem ser encontradas em Mira (2006).

foi criada a “Nova Matriz Econômica”, política econômica que sucede o “Tripé Macroeconômico”. A adoção da “Nova Matriz Econômica” é recrudescida no governo Dilma Rousseff, petista que sucede Lula na Presidência, em 2011.

De acordo com Rodrigues (2017), Dilma Rousseff havia sido Ministra de Minas e Energia (2003-2005) durante o governo Lula e, posteriormente, Ministra da Casa Civil (2005-2010). Também ligada aos ideais de esquerda e filiada ao Partido dos Trabalhadores, Dilma foi a primeira mulher a tornar-se presidente do Brasil eleita em 2010 após o fim do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao assumir a presidência, em 2011, Dilma se deparou com uma forte recessão econômica mundial, que também atingiu o Brasil. Conforme destaca Rodrigues (2017), seu governo iniciou-se com a tentativa de reverter a crise através de aumento dos investimentos na infraestrutura do Brasil através do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2). Além disso, ela optou por reduzir as taxas de juros e facilitar o crédito. Porém essas medidas, não foram capazes de controlar a crise econômica que já havia assolando o país desde o governo do seu aliado Lula, acarretando em uma crise política do seu governo. Essa crise política se deu, sobretudo, devido à falta de apoio às pautas propostas no Congresso Nacional.

O governo Dilma, então, ficou marcado pela “explosão” da crise e por um elevado nível de insatisfação popular que acarretou em inúmeras manifestações. Ademais, em especial no seu segundo mandato, o PIB do país registrou um saldo negativo e as taxas de desemprego e inflação cresceram. Estes resultados ruins da economia foram reduzindo o apoio ao seu governo. Um provável enfrentamento da Presidente com caciques do congresso nacional gerou um maior enfraquecimento dela. Apoiados em denúncias de práticas contábeis ilegais – ainda que rotineiras em diferentes governos – que supostamente o governo Dilma estaria cometendo, o Congresso elevou seu descontentamento com o governo, culminando no processo de *impeachment* da primeira mulher presidente do país em agosto de 2016.

### **3.2 Políticas Econômicas**

Em meados dos anos 1990 o Brasil consegue segurar as rédeas da hiperinflação, vencendo o inercialismo que a fazia perenizar. Ao conjunto de instrumentos utilizados com tal fim dá-se o nome de Plano Real. Sem ele a história econômica aqui analisada seria outra. Motivo pelo qual ganha destaque nesta pesquisa, para se entender a trajetória seguinte na política econômica brasileira.

### 3.2.1 Plano Real (1993-1994): ruptura da hiperinflação

O Plano Real surgiu com o objetivo de controlar e reduzir a inflação, que estava se elevando durante aproximadamente 30 anos, criando um grande caos com relação a situação econômica do país. A equipe que elaborou foi coordenada pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que se tornaria o próximo presidente da república.

O plano envolveu o Programa de Ação Imediata (PAI), apontando a necessidade de corte de gastos públicos e recuperação de receita, a criação da Unidade Real de Valor (URV) como forma de ajustar a econômica, marcada pelos altos índices de inflação (MIRA, 2015). Uma etapa marcante foi a implantação da nova moeda, o Real (MIRA, 2006).

A implementação do Plano Real tinha como base as políticas cambial e monetária. Sobre a primeira, o governo mudou sua atuação no mercado de câmbio, permitindo uma sobrevalorização do Real frente o dólar, reduzindo o preço de produtos importados e o custo de insumos e fatores de produção importados. Além da conseqüente redução nos preços, este processo elevou a concorrência interna, pressionando para baixo os preços de produtos nacionais (MIRA, 2006). Quanto à política monetária a liquidez foi enxugada com forte elevação de juros e das taxas de recolhimentos compulsórios, por exemplo (MIRA, 2006).

O Plano Real foi de certo modo um plano bem-sucedido, considerando o fim da hiperinflação. Seus fundamentos (como, por exemplo, responsabilidade fiscal) acabaram permanecendo no primeiro mandato e parte do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, ainda que constituindo o “Tripé Macroeconômico”.

Seus efeitos de longo prazo foram o fim da hiperinflação e o incentivo ao desenvolvimento econômico, destacando-se a manutenção das taxas inflacionárias e referências reais de valores e o aumento do “poder” aquisitivo das famílias.

### 3.2.2 Tripé Macroeconômico (1999-2008)

O Tripé Macroeconômico começou a ser implementado em 1999 no segundo mandato de FHC e perdurou até o governo Lula em 2008. Surgiu quando o país sofria ataques especulativos e impactos de uma severa crise internacional. O Tripé nada mais foi do que uma ferramenta utilizada para guiar a política econômica. Ele consistia em um conjunto de três elementos: câmbio flutuante, meta de inflação e meta fiscal (SILVA, 2016). Ainda segundo Silva (2016), no regime de câmbio flutuante o preço da moeda em relação a outra no mercado

de câmbio varia de acordo com a oferta e a procura por aquela moeda. Por conta da adoção desse regime, cotidianamente é anunciado um valor diferente do dólar, por exemplo.

Para o mesmo Silva (2016), através do mecanismo de meta de inflação, o governo determina a taxa de inflação que a economia deve alcançar a cada ano. Assim, as autoridades monetárias se reúnem para determinar qual será a taxa básica de juros (Selic) para alcançar esse nível de inflação. O mesmo autor esclarece que a meta fiscal, também referenciada muitas vezes como meta de superávit, é definida anualmente pelo Congresso Nacional, através da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Tripé Macroeconômico foi implementado como sucessor do Plano Real e manteve-se até ser substituído pela Nova Matriz Econômica no governo Lula.

### 3.2.3 Nova Matriz Econômica (2008-2016)

A Nova Matriz Econômica, segundo Dias (2017), surgiu durante o governo Lula como tentativa de atenuar a crise mundial de 2008, mas ganhou amplitude durante o governo Dilma. Esta autora destaca que

A partir da premissa que o Estado deve conduzir o processo de desenvolvimento, a Nova Matriz Econômica se desenvolveria através de uma série de mudanças. Na política cambial, por meio de um regime de câmbio administrado fortemente e depreciado em relação ao câmbio flutuante, definido pelo mercado, tendo como objetivo o aumento da competitividade dos bens industriais brasileiros. Pela diminuição dos juros elevados da economia brasileira, atribuindo ao COPOM uma maior autonomia do regime de metas de inflação na política monetária. E pelo afrouxamento da política fiscal, numa tentativa de reduzir os efeitos da crise do subprime, através de aumentar o investimento público (DIAS, 2017, p. 60).

Para combater a pressão inflacionária e a pressão da crise econômica global, o governo implementou estratégias de cunho heterodoxo para controlar a inflação, com as políticas de controle de preços por meio de subsídio, porém não houve êxito. O resultado da Nova Matriz Econômica foi o aumento da inflação, menor crescimento econômico, aumento do desemprego e a diminuição do consumo (CURSOSAPIENTIA, 2017).

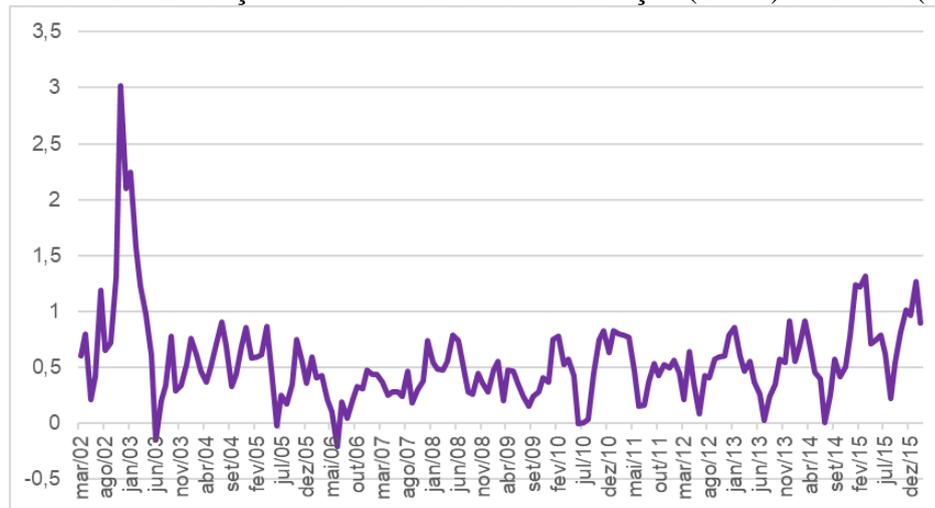
A “Nova matriz Econômica” gerou uma conjuntura de crise à economia brasileira. O que foi recrudescido com medidas discricionárias do governo Dilma frente as eleições presidenciais de 2014. Especialmente o represamento de preços administrados. Elementos que compuseram o enfraquecimento de seu governo, aqui já referenciado.

#### 4 EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE MISÉRIA NO BRASIL (MAR/2002 – FEV/2016): ANÁLISE RELACIONADA AOS GOVERNOS E POLÍTICAS ECONÔMICAS

Apresenta-se a seguir, a trajetória do “índice de miséria” para o período em análise, bem como da inflação e do desemprego, isoladamente. O Gráfico 1 representa a evolução dos níveis de inflação (IPCA) no Brasil e o Gráfico 2, representa a evolução dos níveis de desemprego também no Brasil, área de estudo da pesquisa.

Tendo como base o Gráfico 1, referente aos níveis de inflação IPCA do Brasil, no período total de pesquisa, o mínimo que se alcançou foi a deflação de -0,21% em junho de 2006, período do primeiro mandato de Lula. O valor máximo de IPCA auferido durante todo o período foi de 3,02%, em novembro de 2002, período do final do segundo governo FHC. Magnitude alta para o padrão que o país alcançaria por muito tempo. Vale citar que a média desse período equivale à 0,55%. A mediana representa 0,38%.

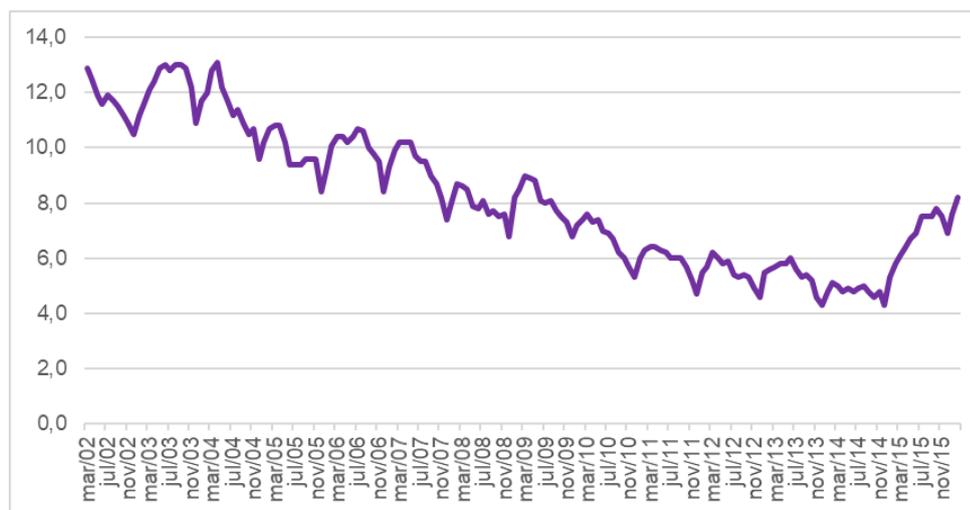
Gráfico 1 – Evolução dos níveis mensais de inflação (IPCA) no Brasil (2002-2016)



Fonte: Ipeadata (2018).

O Gráfico 2 configura o trajeto do nível de desemprego no Brasil, levando em consideração o intervalo de tempo de pesquisa. Nesse sentido, pode-se afirmar que o valor máximo auferido para tal variável ocorreu em abril de 2004, o qual alcançou 13,1%. Já o alcance mínimo pôde ser observado em dois períodos, sendo eles em dezembro de 2013 e dezembro de 2014, apresentando valores de 4,3%, ambos pertencentes ao governo Dilma Rousseff. A média desse período foi de 8,2% e a mediana, 8,8%.

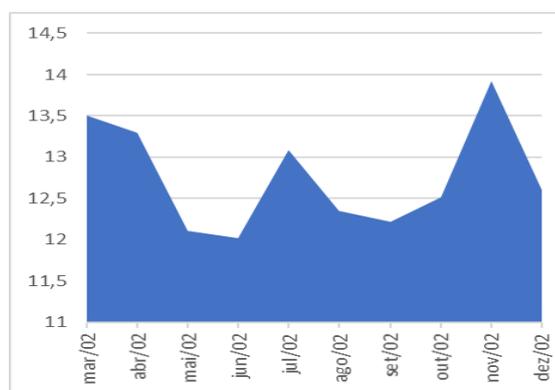
Gráfico 2 – Evolução dos níveis de desemprego no Brasil (2002-2016)



Fonte: Ipeadata (2018).

Tendo como referência o índice de miséria máximo aceitável identificado por Okun em seu trabalho, equivalente à 12 pontos, observemos a seguir a sua evolução no Brasil para o período em análise.

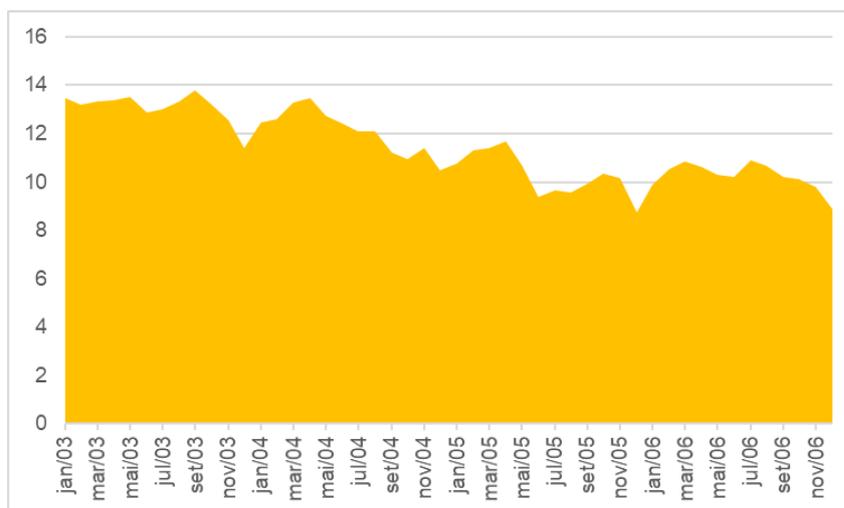
Gráfico 3 - Índice de miséria (em %) no Brasil no final do segundo governo FHC (2002)



Fonte: Ipeadata (2018).

De acordo com o Gráfico 3, pode-se observar que a máxima que o Brasil apresentou foi de 13,92%, no mês de novembro do ano de 2002. O menor índice desse período em análise representou 12,02%, em junho de 2002. Vale levar em conta que a média desse período representa 12,76%, enquanto a mediana, 12,72%.

Gráfico 4 - Índice de miséria (em %) no Brasil no primeiro governo Lula (2003-2006)

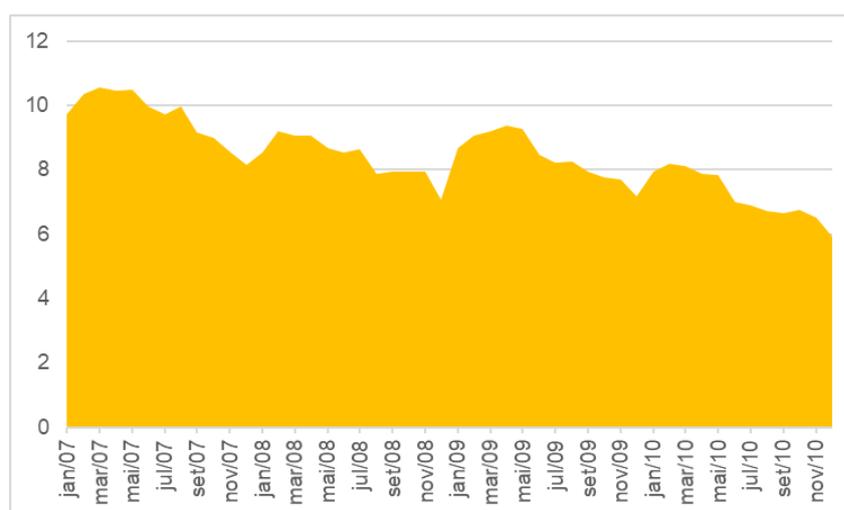


Fonte: Ipeadata (2018).

Neste cenário, início da gestão Lula na presidência do Brasil, foi o período em que a taxa do índice de miséria se viu além do ponto “aceitável” por Okun. A média que representa esse recorte temporal é de 11,43% e a mediana, 11,17%. De 2003 até agosto de 2004, o país apresentou índices indesejáveis, o qual seu ápice pode ser observado em setembro de 2003, com 13,8%, ou seja, 1,8 pontos percentuais acima do desejável.

O menor índice apresentado entre esse período do primeiro mandato do ex presidente Lula foi em dezembro de 2005, com o índice de 8,8%.

Gráfico 5 - Índice de miséria (em %) no Brasil no segundo governo Lula (2007-2010)



Fonte: Ipeadata (2018).

A média do período (8,42%) e sua mediana (9,22%) permitem apontar que este pode ser considerado como o melhor mandato do ex-presidente Lula em se tratando do índice de

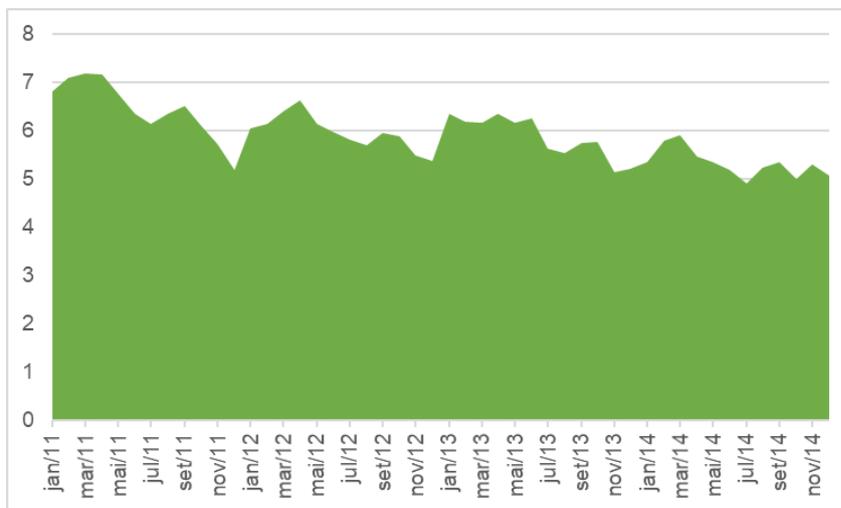
miséria pois o mesmo conseguiu fazer com que não atingisse o ponto inaceitável em nenhum período desde janeiro de 2007 até dezembro de 2010. Era o “tripé macroeconômico” sendo competente, sobretudo no controle da inflação.

Tendo como aporte o Gráfico 5, pode-se analisar que o índice foi decrescendo ao longo do segundo governo Lula, o que significa que a relação entre desemprego e inflação foi-se ajustando, mesmo que de maneira indolente. Isso pode ser identificado a partir do momento em que, segundo os dados coletados pelo Ipeadata, a máxima desse período alcançou 10,6% em março de 2007 e a mínima, no seu último mês de governo, dezembro de 2010, que apresentou um índice equivalente à 5,9%.

O período do Gráfico 6, correspondente ao primeiro governo Dilma, obteve como média o valor de 5,91% e mediana de 5,96%. Pode ser considerado o melhor período entre os anos de análise desta pesquisa. Isso se deve ao fato de que o grau máximo atingido nesse espaço de tempo foi de 7,2%, o que já nos representa bastante, pois é um valor menor do máximo aceitável considerável, auferido em março de 2011. O grau mínimo quanto ao índice de miséria foi mensurado em julho de 2014, apresentando um índice de 4,9% que, inclusive, representa o menor índice de taxa de desemprego somado a inflação no Brasil, entre o período total de análise (março de 2002 a fevereiro de 2016).

Seguindo diretrizes da “Nova Matriz Econômica” os preços administrados são represados – segurando a inflação – e há uma forte indução pública ao crescimento econômico, o que se reflete na queda do desemprego.

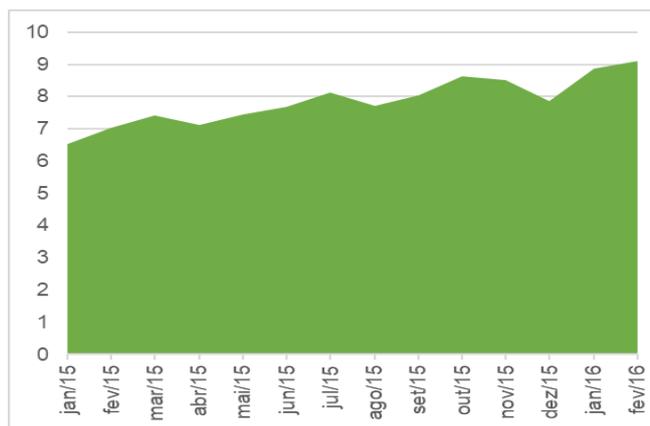
Gráfico 6 - Índice de miséria (em %) no Brasil no primeiro governo Dilma (2011-2014)



Fonte: Ipeadata (2018).

No que tange esse período do gráfico 7, cuja média é 7,86% e mediana é 7,82%, deve-se levar em consideração o fato de que é um espaço de tempo inferior aos anteriores, por conta da disponibilidade de dados. Vale lembrar também que este período abarca o segundo mandato da ex-presidente Dilma, imediatamente antes do processo de *impeachment*, ocorrido em setembro de 2016, uma vez que a análise dos anos 2015 até fevereiro de 2016.

Gráfico 7 – Índice de miséria (em %) no Brasil no segundo governo Dilma (2015-2016)



Fonte: Ipeadata (2018).

Quanto ao índice de miséria desta divisão cronológica, vale citar que, para efeito comparativo, diferentemente do último mandato da ex-presidente Dilma, este apresentou níveis crescentes de miséria, mesmo que não suficientes a atingir o patamar indesejável. Tendo como aporte o Gráfico 7, o mesmo apresentou um valor máximo de 9,1% em fevereiro de 2016 e o mínimo, pôde ser observado em janeiro de 2015, o qual representou um índice de miséria de 6,5% referentes à soma do nível de inflação com o do desemprego.

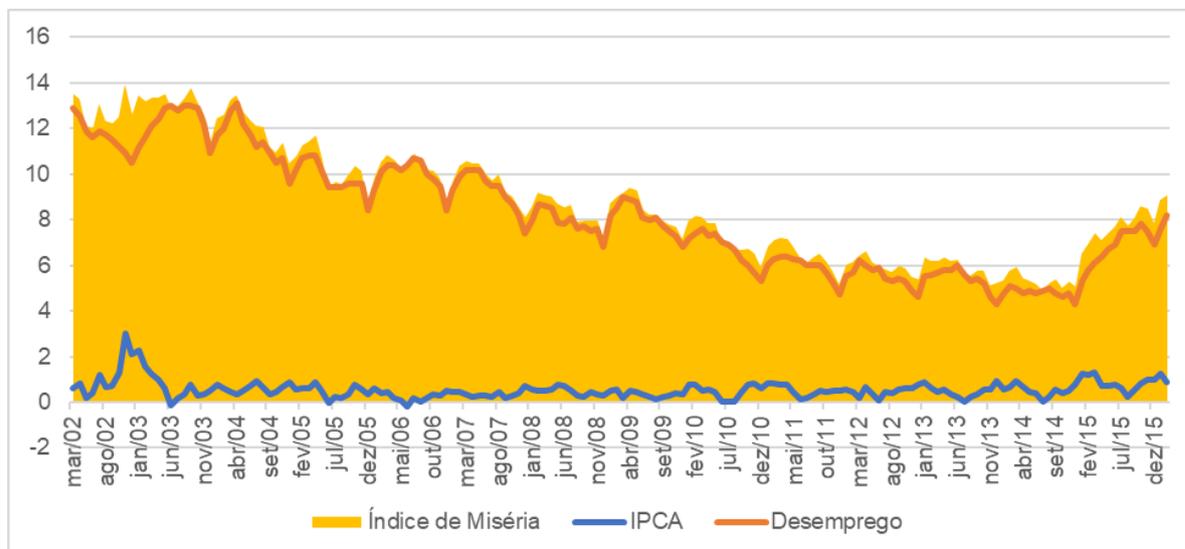
Este crescimento no índice de miséria reflete *mea culpa* feito pela Presidente Dilma logo após sua eleição para o segundo mandato. O represamento de preços administrados acaba e se revisa políticas de indução ao crescimento do produto, expandindo o desemprego.

De acordo com os dados já apresentados, os quais foram analisados por governos, pode-se então, com o auxílio do Gráfico 8 abaixo, observar – ao Brasil contemporâneo, ao menos – para todo o período de estudo que, por mais que o índice de miséria preze por analisar tanto a inflação quanto o desemprego, este último pode ser considerado o elemento que exerce maior influência para se obter o resultado, obviamente tendo como conhecido o fato de que sempre o nível de desemprego é superior ao de inflação.

Em se tratando do período integral da pesquisa, pode-se afirmar que esse espaço de tempo apresenta, como médias, de inflação IPCA, desemprego e de miséria os valores

equivalentes à 0,55%, 8,2% e 8,78%, respectivamente. Já no que tange a mediana, o mesmo apresenta os seguintes dados: inflação 0,38%; desemprego 8,8%; e índice de miséria, 9,13%.

Gráfico 8 - Índice de miséria x nível de inflação (IPCA) x nível de desemprego (em %) no Brasil (2002-2016)



Fonte: Ipeadata (2018).

Deste modo, é notório observar que quando o nível de desemprego aumenta, o índice de miséria também se eleva com maior facilidade. Já a inflação, essa exerce um nível de influência inferior, o que não quer dizer que sua participação pode ser acatada como insignificante.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os dados apresentados, o índice de miséria mostrou-se um instrumento de extrema relevância para a análise da economia brasileira. Pôde-se observar a influência das políticas econômicas nos índices de inflação e desemprego, elementos que criam efeitos de custos econômicos e sociais para um país.

Quanto ao índice de miséria *per se*, pôde-se observar que o Brasil apresentou, a partir do final de 2004, índices abaixo dos 12% identificados por Okun em seu trabalho como arriscados a uma economia. Caracterizando-se, assim, por períodos em que tal índice variou-se abaixo da linha de miséria. A exceção pôde ser identificada no início do primeiro governo Lula, o qual ultrapassou os doze pontos.

Vale ressaltar também que, esses resultados e efeitos devem-se às políticas implantadas nos três governos em análise, as quais podem ser descritas, fundamentalmente, como o Plano Real na gestão FHC; o Tripé Macroeconômico na gestão Lula; e A Nova Matriz Econômica, no governo Dilma. Os resultados históricos guardam convergência aos objetivos de tais políticas.

O “índice de miséria” no Brasil mostrou-se em um patamar aceitável entre o período de janeiro de 1995 até fevereiro de 2016. Como desdobramento da pesquisa sugere-se relacionar tais resultados ao desempenho do produto agregado, analisando a interdependência dessa tríade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva (org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

ABRITA, Mateus Boldrine. **Inflação: abordagem histórica recente das escolas de pensamento econômico**. Campo Grande-MS: ALJ-MS, 2014.

ACKLEY, G. **Teoria Macroeconômica**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1978.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Índices de Preços no Brasil: Informações até março de 2016**. Brasília, DF: Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (Gerin), 2016

BARRETO, Rodrigo Marcondes. Definição de (PEA, PEI, PIA). 2011. Disponível em: <<http://rodrigotableau.blogspot.com/2011/05/definicao-de-pea-pei-pia.html>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CARMO, Heron Carlos Esvael do. Como medir a inflação: os números-índices de preços. In.: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval (org). **Manual de Economia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARVALHO, Leandro. **“Governo Fernando Henrique Cardoso”**; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-fernando-henrique-cardoso.htm>>. Acesso em 16 de jun. 2018.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In.: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval (org). **Manual de Economia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CURSOSAPIENTIA. **Tripé Econômico e Nova Matriz Econômica**. 2017. Disponível em: <<https://cursosapientia.wordpress.com/2017/12/08/tripe-economico-e-nova-matriz-economica/>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

D. SACHS, Jeffrey; LARRAIN B., Felipe. **Macroeconomia**. Em uma economia global. São Paulo Pearson Makron Books, 2000.

DIAS, Ionah Cristina Veiga Santos. **POLÍTICA MACROECONÔMICA NO BRASIL (2003-2014): ruptura e adoção da nova matriz econômica**. (Monografia de Graduação). Universidade Estadual de Santa Cruz. Departamento de Economia. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2017

DORNBUSCH, Rudiger; FISHER, Stanley.; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. Porto Alegre: AMGH, 2013.11. ed. p. 35-43.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., 2003. 8ª ed.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André. Economia brasileira contemporânea. 6. tir. Rio de Janeiro: Campus, 2005. 425p

GREMOUD, A. P. et al. Mercado de trabalho. In: PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2011. Cap. 20. p. 443-469.

GUIA BANCO. **Tipos de inflação, índices e o efeito dela nos bancos**. 2018. Disponível em: <<https://www.guiabanco.com.br/tipos-de-inflacao/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

IPEA DATA. Disponível em < <http://www.ipeadata.gov.br/> >. Acesso em: 15 jun. 2018.

LUQUE, Carlos Antonio. Teoria Macroeconômica: evolução e situação atual. In.: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval (org). **Manual de Economia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

LUQUE, Carlos Antonio; e VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. Considerações sobre o problema da inflação. In.: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval (org). **Manual de Economia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARTINS, José Pio. O índice de miséria. 2013. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/o-indice-de-miseria-exscz91kt40ay9q6g020ogh8u>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MIRA, Elson Cedro. Estabilização de preços no Brasil da década de 1990: trajetória institucional e impactos sociais. In: Carlos Eduardo Ribeiro Santos; Carlos Eduardo Drumond; Gustavo Casseb Pessoti.. (Org.). **Reflexões de economistas baianos 2015**. 1ed. Ilhéus: EDITUS/UESC, 2015, v. 1, p. 117-139.

MIRA, Elson Cedro. Plano Real: bases teóricas e contextuais. In: Fernando Rios do nascimento. (Org.). **40 Anos do Curso de Economia (memória)**. 2ed. Ilhéus: Editus, 2006, v. 01, p. 303-330.

PETRIN, Natália. **Governo Lula**. 2018. Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/governo-lula/>>. Acesso em: 16 jun. 2018.



PICANÇO, Monika. **Redescobrimo o ser ético**: sociedade sem valor é ser humano sem amor. Itanhém-SP: Edição da autora, 2009.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Inflação**. 2018. Disponível em: <<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/inflacao>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

RODRIGUES, Natália. **Governo de Dilma Rousseff**. 2017. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/governo-de-dilma-rousseff/>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

RODRIGUES, Natália. **Governo Lula**. 2017. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/mandatos-presidenciais-do-brasil/governo-lula/>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. **Economia**. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2004. 3ª ed.

SANTO, Moisés da Costa Rodrigues do Espírito. Tipos de inflação. 2013. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAhCqcAG/tipos-inflacao>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SANTOS, Fabrício Barroso dos. **Primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso**. 2018. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/primeiro-governo-fernando-henrique-cardoso.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

SALATIEL, José Renato. **Era Lula (2003-2010): Governo foi marcado por melhorias sociais e escândalos políticos**. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/era-lula-2003-2010-governo-foi-marcado-por-melhorias-sociais-e-escandalos-politicos.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

SILVA, Gustavo. **O tripé macroeconômico: o que é e de onde vem**. 2016. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/tripe-macroeconomico-o-que-e/>> Acesso em: 16 jun. 2018.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Manual de Macroeconomia**: nível básico e nível intermediário. São Paulo: Atlas, 2000